

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA NO VALE DO JIQUIRIÇÁ-BAHIA

Aline dos Santos Lima –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Projeto GeografAR-Universidade Federal da Bahia
aline.lima@si.ifbaiano.edu.br
Ângela Andrade Calhau –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
calhau_83@hotmail.com

RESUMO: Na Bahia, assim como nos demais estados do país, o espaço rural apresenta uma diversidade de sujeitos sociais, expressa na luta pela posse e uso da terra. Tal contexto se reproduz no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, localizado no estado da Bahia, que congrega Acampamentos, Assentamentos de Reforma Agrária e Projetos de Crédito Fundiário. Dentre os 20 municípios que compõem o Vale, destacamos Jaguaquara onde estão localizados os Projetos de Crédito Fundiário Associação Três Riachos e Associação Serra Dourada. O objetivo desta pesquisa é analisar a territorialização desses Projetos com o intuito de identificar o processo de apropriação, produção e organização do espaço rural. Para tanto, intercalamos à pesquisa bibliográfica, sobre a luta pela terra/reforma agrária, ao trabalho de campo que ocorreu no contato com os principais agentes envolvidos.

Palavras-chave: Reforma Agrária de Mercado – Projeto Crédito Fundiário – Vale do Jiquiriçá.

RESUMEN: En la Estado de Bahía, como em outros estados del país, la zona rurale tiene una diversidad los sujetos sociales vinculados en la lucha por la posesión y uso de la tierra. El escenario se reproduce em el Territorio del Identidad Valle Jiquiriçá, ubicada en el Estado de Bahía, reúne a los campamentos, asentamientos y Crédito Agrario y Proyecto de Reforma Agraria. Entre los 21 municipalidades que conforman el Valle, destacan Jaguaquara donde los proyectos se encuentran Tres Arroyos Tierra de crédito y la Asociación Serra Dourada. El objetivo en el investigación es analizar la territorizlización del proyectos con el fin de identificar el processo el aprociación, producción y organización del las zonas rurales. Para ello, el recurso la literatura em la lucha por la tierra/la reforma afraria, el trabajo de campo que tuvo lugar en el contacto con los principales actores.

Palabras-clave: Reforma agrária del mercado – Proyecto credito del terra – Valle Jiquiriçá.

INTRODUÇÃO

Na Bahia, assim como nas demais 26 unidades federativas do Brasil, o espaço rural apresenta uma diversidade de sujeitos sociais. São fazendeiros e empreendedores agroindustriais “convivendo” com trabalhadores sem terra, posseiros e indígenas – relação que, muitas vezes, causa conflitos. Essa diversidade se expressa na luta pela posse e uso da terra através da territorialidade dos acampamentos, assentamentos, Projetos Cédula da Terra (PCT) e Projeto de Crédito Fundiário (PCF).

Tal contexto se reproduz no Território de Identidade Vale do Jiquiriçáⁱ, localizado no estado da Bahia, conforme Figura 1, em uma área de 12.233km², ocupada por uma população de 313.678 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), universo que representa 2,24% da população baiana, sendo que, 134.176 indivíduos estão localizados na área rural e 179.502 na área urbana. Outra característica, é que o Vale é caracterizado, também, por altos índices de concentração da terra e por baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social, elementos que interferem na dinâmica sócio-espacial. Segundo o Banco de dados do Projeto GeografAR (2006), a maior concentração de terras no Território, atualmente, se encontra no município de Brejõesⁱⁱ, cujo índice de Gini é de 0,908. No que diz respeito ao melhor indicador de acesso a terra, destaca-se o município de Lajedo do Tabocal, com o índice de Gini de 0,685.

Dentre os 20 municípiosⁱⁱⁱ que compõem o referido Território, destacamos Jaguaquara por concentrar a maior população do Vale, 51.019 habitantes segundo IBGE (2010); sobressair-se regionalmente como produtor agrícola; ser um centro receptor de hortifrutigranjeiros, recebendo diariamente cargas desses produtos no seu Centro de Abastecimento, o CEASA; recentemente estar sendo avaliado pelo seu potencial mineral, através de pesquisas geológicas^{iv}; e por possuir um dos três melhores índices de Gini do Território (0,752), atrás, apenas, de Mutuípe e Lajedo do Tabocal, com base no Censo Agropecuário 2006. Jaguaquara, contraditoriamente ao seu índice de Gini, se distingue, também, por congrega a maior quantidade de territorializações da luta pela terra no Vale. Em seus 928km², abriga 4 assentamentos de reforma agrária, 3 acampamentos e 2 projetos de crédito fundiário.

Figura 1. Localização do Território Vale do Jiquiriçá – Bahia



Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar a territorialização dos Projetos de Crédito Fundiário no município de Jaguaquara com o intuito de identificar o processo de apropriação, produção e organização do espaço rural. Para tanto, enfocaremos os dois Projetos existentes no município, o da Associação Três Riachos, localizado na Fazenda Lagoa Dantas em uma área de 525 hectares, e o da Associação Serra Dourada, localizado na Fazenda Baixão em uma área de 499 hectares, ambos criados em 2002 para atender 35 famílias cada, conforme dados disponibilizados pelo Projeto GeografAR vinculado a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Metodologicamente, este trabalho se estrutura em duas etapas: 1) análise da literatura sobre a luta pela terra/reforma agrária; 2) pesquisa de campo. Esta, por sua vez, se divide em duas vias: entrevista com os mediadores dos Projetos e aplicação de questionários aos moradores das comunidades com o intuito de averiguar o processo de convivência nesses espaços de vida e de conflitos. Sendo assim, o artigo abordará, inicialmente, o Vale do Jiquiriçá fazendo uma apreciação da dinâmica sócioespacial do município de Jaguaquara; em seguida, discutirá o processo de acesso a terra no país enfatizando os Projetos de Reforma Agrária de Mercado e sua espacialização em Jaguaquara; e por fim versará sobre a distinta territorialização das ações forjadas pelos camponeses mutuários dos Projetos de Crédito Fundiário no referido município.

Vale do Jiquiriçá: das “estradas da esperança” a esperança na estrada

A Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá, localizada na região centro leste do Estado da Bahia e autoidentificadora do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, ocupa uma área de 6.900km², com características climáticas diversificadas ao longo de seus 275km de extensão. O Rio, principal elo cultural e de desenvolvimento econômico dos municípios que estão ao longo do seu percurso, ocupa quatro regiões fitoclimáticas distintas, com características que variam do clima ameno do litoral Atlântico até os rigores do semiárido, o que determina uma paisagem bem diversificada (MDA s/d); (ARRUDA, 2002).

Segundo Olalde *et. al.* (2009), através das pesquisas efetuadas para o Programa Dinâmica Territoriais Rurais com estudos de caso em 11 países da América Latina coordenado pelo *Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural* (RIMISP), a ocupação histórica do Vale do Jiquiriçá, com exceção do seu extremo oeste, se deu a partir do Recôncavo Sul com a expansão e diversificação da produção de gêneros alimentícios para exportação e mercado interno, processo que atingiu as zonas mais interioranas culminando com a fundação de cidades ao longo do Jiquiriçá. Desde então, o dinamismo econômico do Vale esteve associado aos ciclos de produção de culturas exportáveis, como o fumo e o café, e do seu escoamento através da *Estrada de Ferro Tram Road de Nazaré*^v que fazia a travessia Jequié-São Roque, ligando o Sertão ao Recôncavo.

Entretanto, como pondera Antônio de Santa Inez, no romance “As estradas da esperança”, na década de 1940, a ferrovia foi substituída pelo sistema rodoviário “matando” o trem e as cidades do Vale. Além disso, como reitera Olalde *et. al.* (2009), o rodoviarismo reforçou os vínculos com outros centros regionais da Bahia, para além das cidades do Recôncavo e facilitou a comercialização de outros cultivos introduzidos a partir de 1960, como o cacau e os hortifrutigranjeiros. Estes últimos, são produzidos nas áreas de maior altitude e de precipitação intermediária, cuja expansão, no Vale, esteve associada à chegada de imigrantes italianos, na década de 1950, para os municípios de Jaguaquara e Itiruçu, transformando-os em polo regional de produção e comercialização de hortaliças (OLALDE *et al.*, 2009).

Segundo o professor Lígio Ribeiro Farias, na sua obra “Uma história... Jaguaquara com outras histórias”, Jaguaquara “nasceu”, em 1840, de uma fazenda chamada Toca da Onça, cujo território pertencia a Areia, atual Ubaíra. Sua consolidação como importante

município do Vale contou com elementos como a inclinação comercial dos primeiros moradores, empenhados na formação de “sociedades mercantis”; a passagem da ferrovia; a presença de imigrantes e missionários influenciando o comércio, a religiosidade, a educação e a arquitetura. A presença italiana, como expõe Farias (2005, p. 75-76), modificou os hábitos agrícolas de Jaguaquara ao iniciar o plantio de hortigranjeiros, até então desconhecidos por grande parte dos agricultores, projetando o município no ramo hortifrúti.

Jaguaquara produz uma lavoura permanente com banana, cacau, café, coco-da-baía, laranja e maracujá e uma lavoura temporária com abacaxi, amendoim, feijão, mandioca, milho e tomate (IBGE, 2009). Para Olalde *et al* (2009), as atividades hortícolas somadas as frutas como o maracujá e o abacaxi, produzidas no Vale e orientadas ao mercado, ocupa a mão-de-obra de 2.217 produtores, 54% dos quais localizados em Jaguaquara, Ubaíra e Itaquara. A horticultura gerou, em 2006, um valor de pouco mais de R\$ 21 milhões, sendo que os municípios de Itaquara e Jaguaquara concentraram quase 80% desse valor.

Breve digressão sobre as formas de acesso a terra e a reforma agrária de mercado

A origem da ocupação territorial do Brasil provocou a concentração de grandes extensões de terras em mãos de poucos proprietários, situação que se ampliou no decorrer dos anos, através da Lei das Terras, do Estatuto das Terras e de outros códigos e leis, apesar das grandes lutas camponesas e da implantação de dois Planos Nacionais de Reforma Agrária (MARTINS, 1983; GERMANI, 2006).

São frutos da pressão camponesa as parcas conquistas em defesa ao acesso/posse das terras no país. Martins (1983), ao discutir a concepção de camponês – e de seu “transplante” da realidade russa, dos fins do século XIX e do começo do século XX, para a realidade brasileira – remonta ao período colonial para discutir as origens sociais do campesinato tradicional e apontar sua exclusão, ou como ele prefere, sua interdição da propriedade. Segundo o sociólogo, quem não tivesse “sangue limpo” e não dispusesse de renda estava excluído de toda e qualquer participação na estrutura de poder, como o voto e a concessão de terra pela sesmaria.

Germani (2006), ao analisar a trajetória histórica e social que forjou as bases para o estabelecimento da estrutura e da organização do espaço rural no Brasil, destacou as condições históricas e sociais que regularam o acesso a terra. Para essa pesquisadora, que

acompanha a atuação da política fundiária nacional, o acesso a terra foi orientado pela apropriação privada das terras livres, processo que teve continuidade ao longo dos anos, garantindo e fortalecendo a concentração da estrutura fundiária como monopólio de classe, enquanto o número de trabalhadores rurais sem terra continuava a crescer.

Dessa forma, podemos identificar os aspectos que regularam/regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro através de uma leitura da história do Brasil (GERMANI, 2006). Tal leitura evidencia que as relações entre os que frequentavam a intimidade do poder possibilitaram a apropriação privada da natureza e a organização do espaço com um aparato jurídico-institucional adequado aos interesses desse grupo seletivo. Assim, do “Descobrimento” ao Escambo, da Colônia às Sesmarias, passando pelo Regime de posses até a Lei das Terras, do Código Civil ao Estatuto da Terra culminando com o Plano Nacional de Reforma Agrária I e II, pouco ou quase nada contribuiu para modificar a estrutura de posse da terra na perspectiva de uma melhor distribuição – não obstante, os acontecimentos políticos promovidos pelos camponeses, chamado por Martins (1983) de guerra popular, concedendo ao campesinato brasileiro experiência direta de confronto militar, como a Guerra do Contestado, a Guerra de Canudos e a Revolta do Formoso.

Fruto desse acúmulo de experiências – desde a proclamação da República até nossos dias – vislumbram as lutas pela conquista de frações do território pelos coletivos organizados na busca de sua criação e recriação. A organização dos coletivos, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), impulsionou a existência de vários acampamentos e projetos de assentamentos no país. Contudo, essas conquistas vêm sendo minadas pela intensificação da concentração fundiária; pela judicialização da luta pela terra, via criminalização das ocupações; e pelos projetos de desenvolvimento do campo (FERNANDES, 2001).

Para Bernardo Mançano Fernandes (2001) os três primeiros governos da chamada Nova República foram marcados pelo fortalecimento de um modelo de desenvolvimento econômico para a agropecuária, o que se concretiza na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao privilegiar a agricultura capitalista através de um programa de desenvolvimento rural. O Programa Novo Rural, também conhecido como Novo Mundo Rural, foi a base da política agrária do mandato FHC (1999-2002), cujo parâmetro foi o documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural: política de

desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado” (FERNANDES, 2001; RAMOS FILHO, 2008).

Segundo Fernandes (2001), esse Programa passou a reconhecer a importância dos pequenos agricultores, como pode ser avaliado na intencionalidade da proposta transcrita pelo autor da página eletrônica do MDA,

promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas (FERNANDES, 2001, p. 21)

No cerne do Programa estava a proposta de uma ‘nova reforma agrária’ que além da desapropriação de terras, incluía a sua compra, ou seja, referenciava a reforma agrária financiada ou de mercado, situação que entrou em execução no Brasil a partir de 1996. A primeira experiência Reforma Agrária de Mercado (RAM) no país ocorreu no estado do Ceará, na gestão do governador Tasso Jereissati, e foi pautada no combate à pobreza rural através do Projeto piloto São José (PSJ)^{vi}. Esse financiava para os pequenos agricultores, com recursos oriundos do Banco Mundial, investimentos produtivos, infraestrutura e equipamentos sociais e propunha uma reforma agrária solidária, baseada na compra e venda de terras (RAMOS FILHO, 2008; DESER, 2010). Segundo o relatório DESER (2010, p. 20) – celebrado entre o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) – o PSJ apresentou bons resultados, o que levou à criação de um novo projeto, o Projeto Cédula da Terra, que por sua vez, resultou no programa Banco da Terra (BT), seguido pelo Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR) e, por fim, no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Para os partidários da RAM sua criação pressupõe contribuir para promover modificações na estrutura agrária brasileira, face às condições históricas que regularam o acesso a terra no país. Pautada sob o argumento de pacificação do campo, barateamento dos custos e eliminação da burocracia, o Banco Mundial ratifica que as ações do crédito fundiário justificam-se devido ao fato de que “70% da pobreza mundial estão localizados no meio rural,

de que a propriedade da terra é concentrada em virtude de um mercado pouco dinâmico e de que seria necessário buscar formas alternativas de acesso à terra com custos mais baixos do que a reforma agrária” (DESER, 2010, p. 19).

Em relação ao Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, mais conhecido como Programa Cédula da Terra, podemos inferir que entrou em vigor a partir de 1997, sendo implementado em cinco estados selecionados pela elevada concentração de pobreza, quatro da Região Nordeste (Pernambuco, Ceará, Maranhão e Bahia) e um da Região Sudeste (Minas Gerais). Com base no DESER (2010), o objetivo do PCT era

beneficiar agricultores sem-terra, assalariados rurais, arrendatários, parceiros e famílias com extensão de terra muito pequena que não possibilitasse a produção para subsistência. A estratégia de implantação era baseada na demanda comunitária, ou seja, na iniciativa dos grupos de beneficiários de negociar diretamente com os proprietários interessados na venda de suas terras DESER (2010, p. 20)

Além disso, os recursos desse Projeto proporcionavam aos seus beneficiários investimentos comunitários não reembolsáveis para a construção de projetos de infraestrutura básica e produtiva. Já a compra da terra era reembolsável, ou melhor, era financiada com dez anos de prazo de pagamento e três anos de carência, tendo beneficiado cerca de 15 mil famílias entre os anos de 1997 e 2002.

Já o Programa Banco da Terra estende seu alcance para todo território nacional, embora a aplicação tenha se concentrando na região Sul. Esse Programa, que não financiava a aquisição de terras sujeitas à desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tinha como objetivo “financiar a aquisição de terra e a execução de obras de infraestrutura básica no valor de até R\$ 40 mil, a serem pagos no prazo de vinte anos” (DESER, 2010, p. 21). Segundo essa mesma publicação, o Banco da Terra contratou 17.886 projetos, contemplou 34,5 mil famílias e foi responsável pela liberação de cerca de R\$ 731 milhões em todo Brasil, sendo que, aproximadamente 54% dos recursos do Programa, foram aplicados na região Sul.

Para Fernandes (2001, p. 22), face ao anseio em reforçar o Programa Novo Rural e tentar diminuir o crescimento das ocupações de terras, FHC, além de promover a política de compra e venda de terras, através do BT, criou medidas que fragilizavam os camponeses,

como: a não realização de vistorias em terras ocupadas; o não assentamento de famílias que participassem de ocupações; a exclusão da lista de possíveis assentados aos que apoiassem companheiros na ocupação de terra; a criação da Reforma Agrária pelos Correios; e a substituição do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). É importante reformar que o PRONAF tem como perspectiva o desenvolvimento e a capitalização dos camponeses, transformando-os em pequenos capitalistas uma vez que é determinado para todos, sem direito à negociação dos princípios, conforme Projeto Novo Mundo Rural. Essas mudanças, na opinião de Fernandes (2001, p. 22), “não representa somente uma perda econômica para os trabalhadores, mas também uma derrota política na implantação de um projeto de resistência de luta pela terra”.

Ao passo que Fernandes (2001) tece essa série de críticas, o relatório do DESER (2010) se limita a apontar as características e vantagens do PCT e do BT, privando os leitores de quaisquer impressões negativas sobre esses Projetos. Mas, segundo Ramos Filho (2008), essas políticas – marcadas por denúncias de corrupção, como o superfaturamento na implantação dos projetos e compra de propriedades passíveis de desapropriação para reforma agrária – foram alvo dos movimentos sociais, via Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que solicitaram ao Banco Mundial, em 1998, a instauração de um Painel de inspeção investigativa, mas as denúncias foram recusadas.

Mesmo assim, na ânsia em tornar o Brasil uma referência na implantação da RAM, FHC contratou novos empréstimos junto ao Banco Mundial e criou, em 2001, o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, que teve as operações iniciadas em abril de 2002. Na concepção de Fernandes (2001), ao discutir a questão agrária no limiar do século XXI, o financiamento para a compra de terra criou e institucionalizou mecanismos que privilegiam o capital em detrimento dos trabalhadores. Nesse sentido, para esse pesquisador-militante do coletivo de educação do MST, o governo FHC atingiu a luta pela terra em sua essência, uma vez que, instituiu meios para fragilizar o camponês, descaracterizando-o, pois suas políticas “têm o capital e o mercado como principais referências, de modo que procura destituir de sentido as formas históricas de luta dos trabalhadores” ao tentar “convencer os pequenos agricultores e sem-terra a aceitarem uma política em que a integração ao capital seria a melhor forma de amenizar os efeitos da questão agrária” (FERNANDES, 2001, p. 21).

Com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência, esses Programas foram extintos e substituídos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário que, por sua vez, conta com linhas de financiamento semelhantes às anteriores. Diante da territorialização de acampamentos, posteriormente transformados em assentamentos, e da implantação dos Projetos de RAM podemos diferenciar as ações impulsionadas por trabalhadores sem-terra (defendem a Reforma Agrária e Regularização fundiária) das ações de agentes financiadores da Reforma Agrária (defendem a redução da pobreza rural fomentando o mercado de terras), segmentando os camponeses na condição de assentados e mutuários (RAMOS FILHO, 2008).

De camponeses a mutuários: luta pela terra e reforma agrária de mercado (ram) em jaguaquara-ba

O PNCF possui duas linhas de financiamento de acordo com as necessidades dos beneficiários. São elas: Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)^{vii}. A linha de Combate à Pobreza Rural, que está sob análise, segundo o DESER (2010, p. 23), “foi criada para atender às famílias rurais mais necessitadas e de menor renda. Os recursos podem ser usados para a aquisição da terra (SAT) e em projetos de infraestrutura comunitários (SIC)”^{viii}. Dessa forma, para ser enquadrado no grupo, o agricultor deve ter:

- Renda familiar anual de até R\$ 9 mil e patrimônio inferior a R\$ 15 mil;
- O crédito pode atender até R\$ 40 mil para a compra do imóvel e investimento em SIC;
- Os recursos de SIC são não-reembolsáveis, ou seja, somente o financiamento para a compra da terra será pago;
- Contratos coletivos, ou seja, através da organização em Associação;
- Até 17 anos para quitar o financiamento, incluindo os dois anos de carência;
- Taxas de juros de 2% a 5% ao ano;
- Bônus de 40% para quem efetuar os pagamentos em dia;
- Bônus de 5% a 10% para terra negociada abaixo do preço de mercado.

O Projeto de Reforma Agrária da Associação Serra Dourada foi criada em 2002 em uma área de 499 hectares na Fazenda Baixão e recebeu o SAT e o SIC, respectivamente, nos meses

de julho e outubro deste ano. Distante cerca de 19km da cidade de Jaguaquara, os associados ou mutuários percorrem 15km de um excelente trecho da rodovia BA 545 e 4km de uma estrada “de terra” ornada por eucaliptos e bem conservada, quando necessitam ir a sede do município para resolver problemas pessoais e comercializar seus produtos agrícolas.

A Associação, que tem no nome um elemento presente na paisagem do Assentamento, foi formada e apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Jaguaquara que, também, providenciou a escolha da terra, antes pertencente ao grupo educacional Taylor Egídio. A paisagem revela organização, sossego e prosperidade para as mais de 35 famílias que compunham o projeto original e novos núcleos que aderiram à proposta no decorrer dos anos. A agrovila é formada por casas bem cuidadas, com pintura recente e uma arquitetura que demonstra sucessivas ampliações e reformas; bem equipadas, as propriedades, em sua maioria, possuem antena parabólica e cestos de lixo na frente das portas, sendo que, algumas têm veículos estacionados em garagens improvisadas. Além disso, a agrovila dispõe de telefone público e de um espaço do Projeto Arca das Letras, onde também funcionam as salas de aula da educação infantil e as primeiras séries do ensino fundamental.

O apoio do Sindicato e a “coragem do povo para trabalhar” são as receitas do sucesso, segundo a anfitriã Maria Xavier, uma das primeiras moradoras. Entre os cafezais do seu lote individual, que plantou com recursos do PRONAF, D. Maria demonstra a felicidade em ter um lote de terra, fazer sua lavoura com venda garantida para a Fábrica de Café Bendengó, localizada na sede do município, e por poder pagar as amigas que prestam serviço ajudando na colheita. Sua rotina é trabalhar em seus 4hectares de terra, no lote coletivo (lavoura de maracujá) e no mangueiro; fazer ginástica uma vez por semana (a comunidade contribui no pagamento e deslocamento de um instrutor que vai, uma vez por semana, ao Projeto); frequentar a Igreja (na comunidade existem segmentos do catolicismo e do protestantismo, cada grupo com seus momentos de encontro e celebração marcados semanalmente); e ir a feira; aos homens, além dessas atividades, têm o jogo de bola e de dominó.

A Associação está com as prestações quitadas, as crianças estudam na própria comunidade e os jovens se deslocam ao povoado de Baixão do Ipiúna, a cerca de 4km da Agrovila. Nossa visita à comunidade ocorreu uma única vez. O presidente da Associação não estava presente e os demais moradores não demonstraram muito interesse em nos conhecer, tampouco em estabelecer um contato mais aprofundado, de modo semelhante agiu o mediar

da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia que acompanha a comunidade (tentamos por diversas vezes entrevistá-lo e, inclusive, enviamos, com o seu consentimento, um questionário para ser respondido e devolvido por e-mail, mas não obtivemos resposta). Após contato com o presidente da Associação conseguimos que ele aplicasse um questionário aos moradores para sabermos informações básicas sobre o modo de vida da comunidade, o que foi feito com 31 pessoas.

A pesquisa elaborada pelo DESER (2010) – já mencionada no início do trabalho e cujo objetivo foi identificar os fatores que contribuem e limitam o desenvolvimento dos assentamentos da linha CPR do PNCF – infere que o grau de desenvolvimento dos assentamentos está relacionado ao conjunto de fatores, denominado, condicionantes, são eles: fatores físico-ambientais; infraestrutura econômica e social; socioculturais; político-institucional; e econômicos. Embora não tenhamos desenvolvido uma metodologia que nos permita julgar o grau de adequabilidade a tais requisitos, tampouco avaliar cada um dos elementos agregados a cada fator, é possível afirmar, de modo geral, que essa comunidade atende parte dos elementos avaliados como condicionantes.

No que se refere aos fatores físico-ambientais observamos que a comunidade está localizada próxima de estradas e de núcleos urbanos e, além disso, as características edafoclimáticas da área são de qualidade. Os fatores de infraestrutura econômica e social são demonstrados pela existência de equipamentos produtivos, como estradas, energia, acesso à água, máquinas e equipamentos agrícolas, moradia, saneamento, coleta de lixo, escola, telefonia e lazer. Já os elementos socioculturais são percebidos através da baixa rotatividade das famílias, de traços comuns da trajetória de vida e origem territorial, o que pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1. Origem das famílias da Associação Serra Dourada:

TERRITÓRIO IDENTIDADE	ORIGEM	NÚMERO DE PESSOAS
Vale do Jiquiriçá	Jaguaquara	17
	Santa Inês	4
	Maracás	2
	Planaltino	2
Sergipe	Simão Dias	2
Semi-Árido Nordeste II	Antas	1
Vale do Jiquiriçá	Itaquara	1
Bacia do Jacuípe	Ipirá	1
Não identificado	Não identificado	1

FONTE: Trabalho de campo, junho/2011.

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Entre os entrevistados, as experiências de trabalho, antes do ingresso na terra, eram diversas. Os mutuários antes de “entrar na terra” eram trabalhadores do comércio, carregadores, mecânicos, domésticas, técnico em parabólica, auxiliar de pedreiro, assim como agricultores, lavradores e operadores de trator. Do contingente de entrevistados, 22 tem o ensino primário; 5 não responderam; 3 cursaram o ensino fundamental completo; e 1 concluiu o ensino médio. Vale ressaltar, que no grupo entrevistado, 3 pessoas tem entre 21 e 30 anos; 9 pessoas tem entre 31 e 40 anos; 5 pessoas tem entre 41 e 50 anos; e 14 pessoas têm mais de 51 anos, sendo que, desse universo, 4 são aposentados.

O contexto da comunidade que compõe a Associação Três Riachos é diversa. A primeira diferença ocorre no acesso à comunidade. Seguindo a mesma rodovia, BA 545, que liga a cidade ao povoado de Baixão do Ipiúna, um trajeto de 15km, se avança mais 15 km em um trajeto de “estrada de chão” íngreme, com barrancos e trechos perigosos que exige habilidade do motorista, principalmente, em dias chuvosos. As casas, dispersas em duas agrovilas, demonstram como é difícil à vida das sucessivas famílias que por lá residiram^{ix} ou que ainda residem, visto que, ao longo dos anos, houve intensa rotatividade de membros, apenas 7 das 35 famílias “originais” permaneceram no lote. Atualmente, existem 27 famílias morando na comunidade e uma delas está sendo excluída por não se identificar com a proposta do grupo; mas em reunião, registrada em ata, os mutuários resolveram abrir vaga para mais 4 famílias e existem outras 18 pleiteando “entrar” na escritura.

Na opinião do então Presidente da Associação, que não faz parte do grupo “original”, o abandono dos lotes provém de vários fatores, como: a falta de paciência “do povo” em aguardar a liberação dos primeiros recursos para a produção; a demora na construção das casas, já que foi preciso aguardar 11 meses para iniciar as obras; do suposto desvio de recursos do Projeto; da preguiça “do povo” em trabalhar; da faixa etária dos moradores que já não são tão jovens e não suportam, como antes, a lida no roçado – uma vez que, os mais moços, estão saindo do campo em direção a Salvador e São Paulo, muitos para trabalhar no corte de cana; da “sabedoria” de alguns que queriam “dinheiro fácil”, como, por exemplo, através da venda ilegal de madeira; outros, ainda, dispunham de pequenos lotes na terra natal e optaram por abandonar tudo quando surgiram as primeiras dificuldades. Todos esses elementos contribuíram para a diminuição do número de mutuários e o conseqüente aumento das parcelas no processo de rateio das prestações, sendo que apenas uma prestação da dívida foi paga, em 2006. Por conta da inadimplência, os mutuários não conseguem acessar linhas de crédito para plantio e custeio.

Outros fatores dificultam a reprodução camponesa e limitam a territorialização desses mutuários, como: a falta de captação e de reserva de água nas casas, assim, os moradores têm que “carregar água na cabeça”, embora na área de 525 hectares do Assentamento, existam 36 nascentes; não existe serviço de saúde e, segundo depoimentos, a agente de saúde aparece na comunidade “de vez em quando”; não é oferecida educação em nenhum nível na comunidade e as crianças precisam caminhar até a escola mais próxima (cerca de 3km de distância) e os poucos jovens que ainda residem com seus pais, pegam o transporte escolar até de Baixão do Ipiúna.

Imaginamos que por conta desse leque de dissabores e pelo difícil acesso, o que torna as visitas cada vez mais raras, tenhamos sido recebidas com alegria, disponibilidade e muitos pedidos de ajuda. Na primeira visita, em 06/2011, entregamos ao presidente os mesmos questionários entregues a liderança da outra Associação. Prontamente fomos acionados com o término da aplicação que envolveu 27 pessoas, aliado a isso, chegaram também algumas solicitações. Nessa visita, conhecemos a maior parte da área do Projeto, as casas mal acabadas; o mangueiro (criatório de animais); as benfeitorias da propriedade que consiste em uma sede (usada como espaço de reunião), uma roça de cacau, uma estufa e um curral; os

lotes individuais e a tentativa, de alguns mutuários, em reflorestar a mata, plantar árvores frutíferas e criar peixes.

Da visita aos lotes individuais surgiu a primeira solicitação: a capacitação dos mutuários para fazer a sexagem de alevinos^x. O segundo pedido foi à doação de mais alevinos, preferencialmente tambaquis, para os 10 tanques que estavam sendo cavados por outros mutuários. Entramos em contato com a empresa Bahia Pesca, vinculada a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia, através do sub-gerente de piscicultura e conseguimos 5 mil alevinos que já foram entregues a comunidade. O terceiro pedido, que ainda não atendemos, é a atividade de reflorestamento e de plantio de plantas frutíferas, o que já esta sendo encaminhado por dois doutores do IF Baiano *Campus* Santa Inês que tem formação nas áreas de Botânica e de Fitotecnia.

Diante do que presenciamos e ouvimos optamos por não tecer comentário acerca dos fatores condicionantes nessa comunidade. Mesmo com muitas dificuldades a proposta inicial de formação do grupo foi interessante. A maior parte dos membros que originou a Associação era natural do município de Apuarema, que faz divisa com Jaguaquara. Contudo, pelas diversas razões já apontadas na entrevista com o atual presidente da Associação o grupo foi desfazendo. Em relação à origem territorial da comunidade podemos observar que a maioria é oriunda do próprio Vale do Jiquiriçá, o que pode ser observado no Quadro 2:

Quadro 2. Origem das famílias da Associação Serra Dourada

TERRITÓRIO IDENTIDADE	CIDADE NATAL	NÚMERO DE PESSOAS
Vale do Jiquiriçá	Jaguaquara	10
Médio Rio das Contas	Apuarema	5
	Boa Nova	2
	Itagi	2
Vale do Jiquiriçá	Itaquara	2
Chapada Diamantina	Barra da Estiva	1
Vale do Jiquiriçá	Irajuba	1
Litoral Sul	Itabuna	1
Vale do Jiquiriçá	Itiruçu	1
Médio Rio das Contas	Jequié	1
Vitória da Conquista	Poções	1

FONTE: Trabalho de campo, junho/2011.

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Diferente do ocorrido na Associação Serra Dourada, no que tange a trajetória de vida, todos os entrevistados vivenciaram experiências de trabalho atreladas ao mundo rural, diferencial positivo em relação à outra comunidade. Do contingente de entrevistados, 22 tem o ensino primário e 5 cursaram o ensino fundamental. Vale ressaltar, que no grupo entrevistado, 2 pessoas tem entre 21 e 30 anos; 2 pessoas tem entre 31 e 40 anos; 10 pessoas tem entre 41 e 50 anos; e 13 pessoas têm mais de 51 anos, sendo que, desse universo 11 são aposentados.

Como já salientamos, com base no DESER (2010), a localização e o acesso aos projetos de assentamentos não são fatores limitantes ou condicionantes, mas interferem em maior ou menor grau para o seu bom desenvolvimento (ou não). Em relação ao Projeto Três Riachos entendemos que a localização prejudica a comunidade por dificultar locomoção e comercialização dos produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para não concluir, mas para incitar a construção de novas pesquisas e produções, podemos afirmar que são inúmeras as dificuldades vivenciadas pelos camponeses que tentam se reproduzir através dos Projetos de RAM. Além dos problemas comuns aos assentados da Reforma Agrária Constitucional os mutuários enfrentam o desafio da dívida que aumenta a cada dia e que os impede de ter acesso ao crédito. Por tudo isso, já existe pesquisadores que definem os mutuários como membros do Movimento dos Atingidos pelo Crédito Fundiário. A diversidade de experiências dos projetos de RAM e seus limites ratificam a importância de analisar os processos de criação e recriação desses camponeses que se submetem ao capitalismo agrário para se reproduzir, mas que, muitas vezes, se desterritorializam e abandonam a terra.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Carlos Alberto Silva (Coord.) **Jiquiriçá – gestão participativa dos recursos hídricos da Bacia do Rio Jiquiriçá: os 25 municípios da Bacia do Jiquiriçá/BA.** Rio de Janeiro: IBAM/CEF, 2002.

CAFÉ, Elenildo. **Mudanças na paisagem física e social associadas à Ferrovia Estrada de ferro de Nazaré no Vale do Jiquiriçá, Bahia.** Ilhéus-BA: UESC, 2007. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – linha Identidade Cultural.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. **Realização de Estudos de Casos de Avaliação do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Produto 3 – Fatores que contribuem e limitam o desenvolvimento dos projetos de assentamento da linha combate à pobreza do Programa Nacional de Crédito Fundiário.** Curitiba: DESER/IICA, 2010. Disponível em: <http://argus.iica.ac.cr/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentsTecnicosAbertos/Attachments/274/Produto%203_Avalia%C3%A7%C3%A3o%20PNCF_Fatores.pdf>. Acesso em: 5 de junho de 2011.

ERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária atual, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época; v.92).

FARIAS, Lígio Ribeiro. **Uma história... Jaguaquara com outras histórias.** Santo Antonio de Jesus-BA: União Artes Gráficas, 2005.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro.** GeoTextos, vol. 2, n. 2, 2006. 115-147

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12/09/2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual de operações: Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – Linha de Financiamento Combate à Pobreza Rural.** Brasília: MDA/SRA, 2009. Disponível: <http://www.agricultura.sp.gov.br/attachments/article/212/Manual_Operacional_do_CPR_-_2009.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento rural sustentável: Vale do Jiquiriçá.** Brasília: SDT/SEPLAN/INGÁ, [S/D]. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

OLALDE, Alicia RUIZ *et al.* **Dinâmicas Rurais Territoriais no Vale de Jiquiriçá, Bahia, Brasil**: Resultados da 1ª fase de pesquisa. Universidade Federal da Bahia/Projeto Geografar, 2009.

Projeto GeografAR. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/>>. Acesso em 12/09/2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (2003 – 2006). Presidente Prudente-SP: UNESP, 2008. (Tese de doutorado em Geografia).

SANTA INEZ, Antônio Leal de. **As estradas da esperança**. São Paulo: Clube do Livro, 1982.

ⁱ Os Territórios de Identidade correspondem a unidades de planejamento cujo principal critério de delimitação é a auto-identificação, ou seja, baseia-se na identidade e no pertencimento. Sua origem data de 2003, a partir de ações do governo federal – através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – visando à implementação de uma política de desenvolvimento rural cujo objetivo é a promoção do desenvolvimento sustentável com a intenção de estimular o empoderamento dos sujeitos sociais. Segundo o MDA (s/d), o Território Vale do Jiquiriçá, é formado pelo Colegiado Territorial, com participação paritária de trinta e duas Entidades; Núcleo Diretivo, composto por dez entidades de organizações da sociedade civil e do poder público; e o Núcleo Técnico dez participantes.

ⁱⁱ Diante das pesquisas de campo podemos concluir que a concentração de terra nesse município é fruto de uma lavoura cafeeira realizada, predominantemente, em moldes empresariais.

ⁱⁱⁱ São eles: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

^{iv} Tais pesquisas vêm sendo desenvolvidas pela empresa Rio Tinto. Segundo o setor de comunicação dessa multinacional – que está presente no país há mais de 70 anos – os estudos, até o momento, são para determinar o potencial mineral da região e as principais atividades são: mapeamento geológico, abertura de picadas, topografia, geofísica, sondagens e estudos para avaliar a qualidade do minério, sendo que, a Rio Tinto está coletando amostras para certificar-se do potencial geológico para o possível desenvolvimento de uma operação de bauxita que incluiria mina, processamento mineral e logística associada. A base da empresa Rio Tinto, no estado da Bahia, é o escritório em Jaguaquara e o projeto, atualmente, emprega 168 pessoas, 80% proveniente dos municípios de Jaguaquara, Jequié, e Itaquara. Para conhecimento, indicamos que tais informações foram fornecidas pelo setor de comunicação, na pessoa de Luana Gomes, durante a apresentação da empresa na mesa redonda *A atuação da Rio Tinto no Vale do Jiquiriçá* durante o *I Seminário de Iniciação Científica do IFBAIANO/Santa Inês – Globalização e Desenvolvimento Sustentável*, que ocorreu entre 18 e 22 de julho 2011.

^v Segundo Café (2007), a Bahia foi um dos estados pioneiros na implantação das ferrovias do país. Dentre as sete instaladas no estado se destacaram, pela rentabilidade, a Estrada de Ferro Central da Bahia e Estrada de Ferro de Nazaré. Essa última foi a terceira a ser construída na Bahia, por volta de 1875, instalada, inicialmente, em Nazaré das Farinhas (1873), e se estendeu até a cidade de Jequié (1927), sendo desativada em 1964.

^{vi} Segundo Ramos Filho (2008, p. 7) essa nomenclatura expressa a intencionalidade do projeto – cujo intuito era aproximar-se das pessoas, ou seja, aproximar esta política dos camponeses – uma vez que São José é o santo reverenciado pelo catolicismo popular do Nordeste por trazer chuvas à lavoura.

^{vii} Voltada para os “agricultores que geralmente já estão na terra, como os meeiros e arrendatários ou ainda os que possuem minifúndios e querem aumentar sua área. Os recursos podem ser utilizados para aquisição da terra (SAT) e para investimentos básicos (SIB), destinados à estruturação Produtiva” (DESER, 2010, p. 23).

^{viii} Segundo os pesquisadores do Projeto GeografAR, na Bahia, o Subprojeto de Aquisição de Terra (SAT) é liberado após a vistoria da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) e comprovação da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), através do qual é analisada a relação das culturas, capacidade de pagamento e custo por família. Já o Subprojeto de Investimentos Comunitário (SIC) é liberado após o encaminhamento do SAT ao Banco do Nordeste através do qual é feito o levantamento cadastral e os recursos são liberados para o proprietário. A associação assume a propriedade com o aval dos sócios, sendo assim elaborado o SIC.

^{ix} Vale ressaltar, que alguns dos mutuários, que abandonaram o Projeto, não pagaram a conta de energia elétrica e o débito atual com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia chega a R\$ 600,00.

^x Após consultar o corpo docente e técnico do IF Baiano *Campus* Santa Inês e identificar que não dispomos de servidores capacitados para atender a demanda, encaminhamos um memorando ao diretor geral pedindo que esse entrasse em contato com o campus do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) *Campus* Valença, solicitando a colaboração de profissionais com essa habilidade para ofertar um curso aos mutuários, já que nesse instituto é ofertado do curso técnico em aquicultura. Dessa forma, recebemos o apoio dos professores Leopoldo Barreto e Marcel Gradwohl que, além de passar as instruções necessárias aos mutuários e aos alunos do IF Baiano *Campus* Santa Inês, que fizeram parte da comitiva, se mostraram solícitos e disponíveis em prosseguir com a experiência de extensão na comunidade, ao passo que, manifestaram a intenção em oficializar a parceria via cooperação técnica na forma de projeto piloto para que as ações sejam acompanhadas, pois, segundo os professores, por diversas vezes, atividades exitosas não tem resultados pela falta de acompanhamento técnico; pontuaram, ainda que a cooperação poderia envolver a Prefeitura (caso haja interesse) para, posteriormente, ser replicada em outras comunidades.

Artigo recebido em dezembro de 2013 e aceito para publicação em fevereiro de 2014.